

Frooty Indústria e Comercio de Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Frooty Indústria e Comercio de Alimentos S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Frooty Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Frooty Indústria e Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

a) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registrado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$56.041 mil (R\$56.041 mil em 31 de dezembro de 2023), referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos relacionados ao prejuízo fiscal e às diferenças temporárias, e possui um saldo de R\$166.280 mil de prejuízos fiscais para os quais não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos. A Administração da Companhia utilizou o seu plano de negócios e estimativas de geração de base tributária futura para suportar a realização do montante reconhecido em seu ativo, porém, não foi possível concluir se, em 31 de dezembro de 2024, havia necessidade ou não de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto e sobre os possíveis efeitos no balanço patrimonial e resultado do exercício, bem como nos elementos componentes do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa no exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

b) Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo para alguns executivos elegíveis, com pagamentos com base em ações. A Administração da Companhia não concluiu a avaliação do tratamento contábil e valorização das opções para o registro contábil de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. Consequentemente, não nos foi possível determinar se, em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, havia necessidade ou não de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

c) Não cumprimento de “Covenants”

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos que contêm cláusulas estabelecendo determinadas condições, cujo descumprimento pode resultar no vencimento antecipado da obrigação.

Algumas dessas condições contratuais não foram atendidas. Conseqüentemente, a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após a data do exercício. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior pelo montante de R\$30.266 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes e existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, e consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época do auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.311	19.967	Partes relacionadas	9	-	8.204
Contas a receber de clientes	6	30.899	40.067	Arrendamento mercantil	12	2.645	2.421
Estoques	7	59.995	60.052	Fornecedores	13	21.590	32.078
Impostos a recuperar	8	24.430	12.044	Empréstimos e financiamentos	14	83.911	129.425
Partes relacionadas	9	5.295	-	Obrigações trabalhistas	15	9.393	9.689
Outros ativos		5.449	4.872	Obrigações tributárias	16	5.015	2.848
Total do ativo circulante		<u>144.378</u>	<u>137.002</u>	Outros passivos		973	299
				Total do passivo circulante		<u>123.528</u>	<u>184.964</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		261	127	Arrendamento mercantil	12	3.905	1.675
Outros ativos		963	376	Empréstimos e financiamentos	14	34.367	24.734
Contas a receber de clientes	6	903	-	Obrigações tributárias	16	7.886	4.418
Partes relacionadas	9	-	4.415	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	1.381	743
Imobilizado	10	79.698	81.053	Outros passivos		150	448
Intangível	11	5.422	5.337	Total do passivo não circulante		<u>47.688</u>	<u>32.018</u>
Ativo de direito de uso	12	10.269	8.586				
Ativo fiscal diferido	19	56.041	56.041	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>153.557</u>	<u>155.935</u>	Capital social	18	290.379	215.379
				Prejuízos acumulados		(163.660)	(139.426)
				Total do patrimônio líquido		126.719	75.954
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>297.935</u></u>	<u><u>292.937</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>297.935</u></u>	<u><u>292.937</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	246.372	199.766
Custo dos produtos vendidos	21	(163.547)	(137.062)
LUCRO BRUTO		82.826	62.704
DESPESAS COMERCIAIS	21	(44.881)	(39.256)
Despesas gerais e administrativas	21	(26.516)	(23.290)
Outras receitas	21	-	55
Outras despesas	21	(4.518)	(5.614)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.911	(5.401)
RECEITAS FINANCEIRAS	22	2.130	2.462
Despesas financeiras	22	(33.275)	(35.282)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.233)	(38.221)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	20	-	29
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(24.233)	(38.192)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$		(0,01)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(24.233)	(38.192)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>(24.233)</u>	<u>(38.192)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		153.719	(101.234)	52.485
Aumento de capital social – capitalização de empréstimo	18	26.660	-	26.660
Aumento de capital social	18	35.000	-	35.000
Prejuízo do exercício		-	(38.192)	(38.192)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>215.379</u>	<u>(139.426)</u>	<u>75.954</u>
Aumento de capital social	18	75.000	-	75.000
Prejuízo do exercício		-	(24.233)	(24.233)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>290.379</u>	<u>(163.660)</u>	<u>126.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(24.233)	(38.192)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (utilizado nas):			
Provisão para perdas de créditos esperados	6	402	40
Provisão (reversão) para desvalorização dos estoques	7	(3.317)	4.355
Juros partes relacionadas	9	-	3.017
Baixa de imobilizado	10	-	670
Depreciação e amortização	10/11/12	13.584	12.703
Encargos sobre passivo de arrendamento	12	590	641
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	22.566	26.237
Juros sobre obrigações tributárias	16	1.632	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	668	-
Reversão de provisão de perda com adiantamento a fornecedores		-	(2)
Resultado do exercício ajustado		<u>11.891</u>	<u>9.469</u>
Variação dos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	7.863	(6.384)
Estoques	7	3.374	(15.582)
Impostos a recuperar	8	(12.386)	783
Contas a receber - Partes Relacionadas	9	(881)	1.645
Partes relacionadas - Adiantamento para compra de matéria prima	9	(8.204)	5.766
Outros ativos circulantes e não circulantes		(1.115)	7.753
Fornecedores	13	(10.488)	5.177
Obrigações trabalhistas	15	(296)	1.992
Obrigações tributárias	16	4.003	5.347
Provisão para riscos	17	(30)	(2.382)
Depósitos Judiciais		(134)	8
Outros passivos circulantes e não circulantes		376	(1.541)
Juros pagos sobre arrendamentos	12	(319)	(297)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	<u>(19.733)</u>	<u>(26.949)</u>
Caixa aplicado nas operações		<u>(26.080)</u>	<u>(15.195)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	<u>(8.783)</u>	<u>(9.671)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(8.783)</u>	<u>(9.671)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	12	(3.079)	(2.109)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	86.366	66.099
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(125.080)	(77.882)
Aumento capital	18	<u>75.000</u>	<u>35.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>33.207</u>	<u>21.108</u>
		<u>(1.656)</u>	<u>(3.759)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.967	23.725
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.311	19.967
		<u>(1.656)</u>	<u>(3.759)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FROOTY INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A. Frooty ou Companhia, e quando designada em conjunto com sua controlada Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 1º de julho de 1992. O endereço registrado da Companhia onde encontra-se o escritório central a Rua Pais Leme, 524, Pinheiros, São Paulo - SP.

A Companhia está envolvida primariamente na fabricação, importação, exportação, distribuição, venda e comercialização de sorbets, polpas, energéticos e outros insumos para alimentos e bebidas preparados com base nos frutos açaí, pitaya e cupuaçu. A Companhia ainda tem como objeto a participação em outras sociedades. A Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Poços de Caldas MG, Mocajuba PA, Manacapuru AM.

A Companhia é controlada pela Holding Brazil Berries Investimentos e Participações e indiretamente pelo Patria Brazilian Private Equity Fund IV.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e corresponde àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Continuidade operacional

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou prejuízo de R\$24.233 (R\$38.192 em 2023), um Capital Circulante Líquido positivo de R\$20.851 e negativo de R\$47.962 em 31 de dezembro de 2023, e uma geração negativa de fluxo de caixa operacional em R\$26.080 (geração negativa em R\$15.195 em 2023).

A Companhia implementou e tem revisado constantemente suas ações para melhoria dos seus resultados e do nível de alavancagem financeira destacando-se as seguintes iniciativas:

- Reestruturação das dívidas com o objetivo de alongamento dos prazos e reduções do custo financeiro permitindo manter investimentos necessários para a expansão da Companhia;
- Implementação de projetos para otimização de custos de produção incluindo investimento (R\$8.783 em 2024 e R\$9.671 em 2023) para automação/expansão das plantas de Poços de Caldas e Mocajuba;

- Desenvolvimento de novos produtos para o exterior capturando o crescente interesse da categoria fora do Brasil com a ampliação da equipe de vendas internacionais e participação em feiras globais de alimentos como Dubai e Paris.
- Alterações no portfólio de produtos com o lançamento de novas embalagens e produtos da linha Split Todo Dia atendendo a novos públicos consumidores. Adicionalmente fizemos um acordo com a empresa Karinat para o lançamento dos bites de chocolate com frutos que será lançado no verão de 2025.
- Aumento do capital social com o aporte do grupo controlador realizado em 2024 na ordem de R\$75.000 conforme nota explicativa 18;

Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A empresa tem sólida liderança no mercado Sorbet de Açaí e tem expandido sua atuação no Brasil e em outros países com expectativa da retomada do crescimento do negócio com impacto positivo no consumo fora do lar.

Adicionalmente a Frooty obteve formalmente o compromisso de suporte financeiro do Fundo Pátria, na qualidade de principal acionista confirmando que se necessário, atuarão no sentido de viabilizar o suporte financeiro para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos 1 (um) ano após a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 28 de novembro de 2024 a Companhia assinou junto ao Banco ABC um reperfilamento de financiamento bancário no valor R\$18.521 alongando assim os vencimentos dos financiamentos anteriores. Foi solicitado em 16 de Dezembro uma carta “waiver” para os “covenants” financeiros e ela foi aprovada e formalizada pelo Banco ABC em 27 de Janeiro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações junto aos credores inclusive de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

e) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber, principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. Nota explicativa nº6.
- Mensuração do valor realizável líquido dos estoques: principais premissas na determinação de estoques obsoletos ou de baixa movimentação, ou com valor de venda inferior ao seu custo; Nota explicativa nº7.
- Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Notas explicativas nºs 10 e 11.
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa nº17.
- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa nº19 e
- Reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de descontos comerciais. Nota explicativa nº20.

f) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

g) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) que são mensurados pelo valor justo quando da sua existência.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando a obrigação de performance é satisfeita, que ocorre quando a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Os clientes que adquirem produtos da Companhia podem ser elegíveis a: (i) descontos comerciais oferecidos pela Companhia mediante acordos comerciais firmados no momento de futuras compras mediante ao atingimento de determinadas condições, principalmente àquelas associadas ao volume de compras em determinado período acordados entre as partes; (ii) descontos comerciais mediante acordos comerciais pontuais firmados no momento da compra; e (iii) descontos comerciais mediante acordos comerciais pontuais firmados em momento futuro à compra.

Para contratos que tornam o cliente elegível a descontos comerciais, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos descontos comerciais esperados, que são estimadas com base nos dados históricos e prospectivos para tipos específicos de produtos. Nessas circunstâncias, uma redução do contas a receber (caso o acordo comercial preveja abatimento em notas fiscais de compra) / um aumento de outras contas a pagar (caso o acordo comercial preveja reembolso ao cliente) e da receita correspondente é reconhecida. A Companhia reavalia sua expectativa de descontos comerciais na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

c) Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de aplicações financeiras, juros ativos, ganhos com variações cambiais e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros passivos, descontos financeiros concedidos e perdas com variações cambiais.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não mantém como prática a concessão de benefícios de longo prazo a seus empregados.

f) Estoques

Matérias primas e embalagens estão demonstradas pelo custo médio histórico de aquisição, o qual não excede o custo de reposição, deduzidos dos impostos recuperáveis. No caso dos produtos acabados, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Quando aplicável, é constituída a provisão para redução ao valor recuperável dos estoques.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário em contrapartida da rubrica de custo dos produtos vendidos utilizando das seguintes premissas:

- Para itens obsoletos identificados em ordens de produção;
- Itens com validade expirada.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável “impairment” acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas e/ou outras despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais devem ser revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou a necessidade de mudanças em suas estimativas. Abaixo seguem as vidas uteis aplicadas pela Companhia em 2024 e 2023:

	<u>Anos</u>	<u>%</u>
Edifícios e benfeitorias	25	4
Máquinas, equipamentos e instalações	10	10
Outros ativos (veículos e equipamentos de informática)	5	20

h) Intangíveis

Representa custos com aquisição de direitos de uso de softwares, marcas e patentes, carteira de clientes, desenvolvimento de produtos e mais valia de ativos em operação de aquisição de

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridos pela Companhia e que têm vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mesurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do intangível com vida útil definida, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas pela companhia em 2024 e 2023 são as seguintes:

	<u>Definida</u>
Marcas e patente	5 anos
Softwares	5 anos
Desenvolvimento de produtos	2 anos
Carteira de clientes	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

i) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia não detinha nenhum ativo financeiro classificado como VJORA em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o “impairment” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e “impairment” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA).

No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia não detinha nenhum passivo financeiro classificado como VJR em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia não registra o contas a receber de clientes ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não mantinha operações de hedge em aberto.

j) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A política da Companhia para a constituição da provisão para perda esperada de crédito do contas a receber de clientes leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 31 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas esperadas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas esperadas de crédito

As perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito podem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

A Companhia não tem expectativa de perda para os números apresentados das demonstrações financeiras, com exceção daquelas já apontadas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou custo que estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas esperadas de crédito no balanço patrimonial A provisão para perdas esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos em contra partida a rubrica de provisão para redução valor recuperável de ativos financeiros.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado.

No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa média incremental sobre empréstimos baseado em taxas de juros de fontes externas de financiamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- O preço de exercício da opção de compra, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. NORMAS NOVAS E REVISADAS EMITIDAS E AINDA NÃO APLICÁVEIS

Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, os CPCs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024.

A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma ou interpretação	Descrição
IAS 1/ CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações a IAS 7/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações— Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Norma ou interpretação	Descrição
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou os CPCs novos e abaixo relacionadas.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IAS 21 /CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
IFRS 18/CPC 26	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	3.190	7.771
Aplicações financeiras	<u>15.122</u>	<u>12.196</u>
	<u>18.311</u>	<u>19.967</u>

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário – CDB's , indexadas à variação de 96% do CDI em linha com os rendimento do exercício de 2023 e são de curto prazo, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Mercado interno	28.846	36.934
Mercado externo	6.223	5.999
Provisão para perdas esperadas de crédito	<u>(3.267)</u>	<u>(2.865)</u>
	<u>31.802</u>	<u>40.067</u>
Circulante	30.899	40.067
Não Circulante	903	-

A Companhia tem em 2024 um prazo médio de recebimento de 41 dias (47 dias em 2023).

Em março de 2024, a rede de supermercados Dia Brasil solicitou Recuperação Judicial.

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em assembleia no mesmo ano, estabelece que os fornecedores credores, como a Frooty, devem garantir a continuidade das operações por meio da prestação de serviços e fornecimento, de acordo com as condições comerciais previamente contratadas (preço e venda bonificada). Isso implica a manutenção do volume de vendas e da rentabilidade, com o objetivo de reerguer a empresa recuperanda.

A Frooty optou por aderir ao plano de Recuperação Judicial como "credor/fornecedor parceiro", comprometendo-se a continuar fornecendo seus produtos nas lojas e a renegociar os vencimentos das faturas que estavam prestes a vencer.

O montante a ser recebido no plano de Recuperação Judicial é de R\$2.172, sem qualquer deságio. O pagamento será realizado em 96 parcelas, com um período de carência de 24 meses antes do início dos pagamentos, e o valor será reajustado pela TR.

A análise dos vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer		
Até 30 dias	25.097	36.724
Acima de 360 dias	903	-
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	4.198	2.555
Vencidos de 31 a 60 dias	929	517
Vencidos de 61 a 90 dias	506	460
Vencidos de 91 a 120 dias	39	222
Vencidos de 121 a 360 dias	1.163	81
Vencidos maior 360 dias	2.234	2.374
	<u>35.069</u>	<u>42.933</u>

Movimentação do provisão para perda esperadas de créditos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(2.865)	(2.825)
Complemento	<u>(402)</u>	<u>(40)</u>
Saldo final	<u>(3.267)</u>	<u>(2.865)</u>

A Companhia tem empréstimos bancários com instituições financeiras que utilizam como garantia títulos a receber de clientes. Em dezembro de 2024 a Companhia tinha R\$11.015 em títulos dados em garantia para empréstimos bancários.

7. ESTOQUES

Os saldos apresentados no quadro abaixo estão líquidos das respectivas provisões para perdas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matéria prima	34.256	31.309
Embalagens	7.938	6.592
Produtos acabados e revenda	16.568	21.408
Almoxarifado	<u>1.232</u>	<u>744</u>
	<u>59.995</u>	<u>60.052</u>

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$29.312 (R\$25.050 em 31 de dezembro de 2023) dos estoques de matérias primas, embalagens e produtos acabados da Companhia encontravam-se em poder de terceiros.

Movimentação da provisão para desvalorização de estoques

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial	(4.633)	(279)
Complemento	(1.316)	(4.354)
Reversão de provisão	<u>4.633</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>(1.316)</u>	<u>(4.633)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
COFINS (ii)	13.502	6.190
PIS (ii)	2.934	1.346
ICMS (i)	7.334	3.648
Outros créditos tributários	<u>659</u>	<u>512</u>
	<u>24.430</u>	<u>11.696</u>

(i) ICMS : A Companhia possui saldos relativos a créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de insumos vinculados a produtos exportados. Não há risco de não utilização do crédito de ICMS para os estabelecimentos onde há créditos acumulados de ICMS.

(ii) PIS/COFINS : O saldo registrado no ativo circulante refere-se ao crédito de PIS e COFINS apurado nos moldes do art. 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03.

A expectativa da Companhia é que os saldos de impostos a recuperar sejam integralmente compensados nos próximos 12 meses.

9. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, coligadas e empresas pertencentes ao acionista controlador Brazil Berries Investimentos e Participações S.A. foram efetuadas a preços e condições acordadas entre partes.

Contas a receber - circulante

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brazil Berries Holding (i)	830	-
Makai Fruits (ii)	2.490	-
Lagorce Participações Ltda. (iii)	<u>1.976</u>	<u>-</u>
	<u>5.295</u>	<u>-</u>

- (i) Referente à gastos diversos de responsabilidade de acionistas a serem recebidos em até 12 meses. Não há juros ou atualização monetária sobre o saldo.
- (ii) Referente a venda de produtos açaí com vencimento em 45 dias para a parte relacionada Makai US. Não há juros ou atualização monetária sobre o saldo.

Contas a receber – Não circulante

<u>Empréstimos a receber não circulante</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lagorce Participações Ltda. (iii)	<u>-</u>	<u>4.415</u>
	<u>-</u>	<u>4.415</u>

- (iii) Contrato de mútuo com acionista minoritário sem prazo de recebimento acordado e atualização de 100% do CDI.

Movimentação dos mútuos a receber:

	<u>Lagorce Participações Ltda.</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.738
Ajuste do juros incorridos	<u>(323)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.415
Compensação com dividendos pago	<u>(2.438)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.976</u>

Partes relacionadas (passivo)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Marshall Snarr LLC – Makai Fruits - USA (iv)	-	5.766
Lagorce Participações Ltda.	<u>-</u>	<u>2.438</u>
	<u>-</u>	<u>8.204</u>

- (iv) Adiantamento para compra de frutos e fornecimento de Polpa de Açaí com vencimento em 30 dias sem correção monetária.

Juros ativos e passivos incorridos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros passivos	-	<u>(2.693)</u>
Resultado	<u>-</u>	<u>(2.693)</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia incluem o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis. O total da remuneração do pessoal chave da administração em 2024 foi de R\$6.062 (R\$4.611 em 2023).

10. IMOBILIZADO

	<u>Terrenos</u>	<u>Edifícios e benfeitorias</u>	<u>Máquinas, Equipamentos e Instalações</u>	<u>Obras em Andamento (ii)</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Total</u>
<u>Valor de Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.342	48.512	78.673	740	2.418	134.694
Adições	-	-	694	6.861	100	7.655
Baixas	-	-	(670)	-	-	(670)
Transferências (i)	-	-	(221)	(294)	494	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.342	48.512	78.475	7.308	3.011	141.648
Adições (ii)	-	-	-	7.504	-	7.504
Transferências	-	-	6.446	(6.475)	29	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.342	48.512	84.922	8.336	3.041	149.153
<u>Valor Depreciação</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(17.223)	(33.061)	-	(1.728)	(52.013)
Adições	-	(1.533)	(6.601)	-	(449)	(8.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(18.757)	(39.661)	-	(2.177)	(60.596)
Adições	-	(1.528)	(7.051)	-	(281)	(8.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(20.284)	(46.713)	-	(2.458)	(69.454)
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2024	4.432	28.228	38.209	8.336	583	79.698
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2023	4.342	29.755	38.814	7.308	834	81.053

(i) Reclassificação entre imobilizado e intangível para correta classificação.

(ii) Valores referente a melhorias das fábricas referente a produção e resfriamento de câmaras nas unidades de Mocajuba-PA, Poços de Caldas -MG e Manacapuru-AM com conclusão dos projetos previstos para o primeiro semestre de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não temos bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos. (R\$2.044 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (“*impairment*”) do seu ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e Patentes</u>	<u>Desenvolvimento de produtos</u>	<u>Carteira de Clientes</u>	<u>Ágio</u>	<u>Intangível em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	533	24	-	2.668	1.527	-	4.752
Adições	169	-	384	600	-	863	2.016
Transferências	45	-	839	-	-	(863)	21 (i)
Amortização	(110)	-	(790)	(552)	-	-	(1.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	637	24	433	2.716	1.527	-	5.337
Adições	83	-	1.196	-	-	-	1.279
Transferências	-	-	(186)	-	-	186	-
Amortização	(181)	-	(401)	(612)	-	-	(1.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>539</u>	<u>24</u>	<u>1.042</u>	<u>2.104</u>	<u>1.527</u>	<u>186</u>	<u>5.422</u>

(i) Reclassificação entre imobilizado e intangível para correta classificação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, a Companhia não identificou nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (“*impairment*”) do seu ativo intangível.

12. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia possui arrendamentos de aluguel do escritório administrativo, empilhadeiras e frota comercial, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou prorrogações dos contratos.

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

Direito de uso	Imóvel	Empilhadeira	Veículos	Chiller	Geradores	Freezers	Fábrica	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.753	-	-	295	-	5.392	7.440
Adição	1.104	(204)	1.273	635	(114)	1.120	-	3.813
Depreciação	(552)	(489)	(390)	(245)	(91)	(131)	(770)	(2.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	552	1.060	883	390	90	989	4.622	8.586
Adição	1.373	-	-	647	-	-	2.280	4.300
Remensuração	70	409	300	(237)	2	369	-	913
Depreciação	(805)	(708)	(428)	(477)	(65)	(277)	(770)	(3.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.191	761	755	323	27	1.081	6.132	10.269

Passivo de arrendamento

Natureza dos contratos	Taxa Média de desconto % a.a.	Vencimento Final	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	14.00%	Maio/2029	1.398	574
Imóveis (Norsul – Marajó)	11,00%	Julho/2028	1.944	-
Empilhadeiras	10.15%	Março/2026	908	1.178
Veículos	10;15%	Setembro/2026	756	814
Geradores	10.15%	Maio/2025	32	97
Chiller	10.15%	Dezembro/2025	340	416
Freezers	10.15%	Junho/2028	1.172	1.017
			<u>6.550</u>	<u>4.096</u>
Circulante			2.645	2.421
Não circulante			3.905	1.675

Movimentação dos saldos de passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.048
Adições	3.813
Encargos financeiros	641
Amortização principal	(2.109)
Pagamento juros	(297)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.096
Adições	4.300
Remensuração	962
Encargos financeiros	590
Amortização principal	(3.079)
Pagamento juros	(319)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>6.550</u>

13. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores no mercado interno (i)	17.184	25.814
Fornecedores mercado externo	520	-
Acordos comerciais a pagar (ii)	<u>3.886</u>	<u>6.264</u>
	<u>21.590</u>	<u>32.078</u>

(i) Referente a fornecedores de matérias primas para a elaboração de produtos acabados

(ii) Referente a contratos firmados com representantes comerciais.

A Companhia tem um prazo médio de pagamento de 41 dias em 2024 (39 dias em 2023).

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade (i)</u>	<u>Moeda Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Capital de Giro – R\$	CDI + 0.53% a.m.	Duplicatas	73.435	100.423
Capital de Giro – R\$	CDI + 0.45% a.m.	Sem garantia	18.532	3.985
Capital de Giro – R\$	1.14% a.m.	Sem garantia	-	8.314
Capital de Giro – R\$	0.99% a.m.	Equipamentos	-	36
Capital de Giro - USD	USD 0.76% a.m.	Sem garantia	26.310	26.319
Capital de Giro – R\$	R\$ CDI + 0,34% mês	Duplicatas	-	15.171
			<u>118.277</u>	<u>154.159</u>
Circulante			83.911	129.425
Não circulante			34.367	24.734

(i) Demonstramos acima por tipo de modalidade, moeda e garantia de contrato, eles possuem como vencimento de janeiro de 2025 a novembro de 2027, conforme acordado em cada Instituição Financeira.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>166.654</u>
Novas captações	66.099
Juros incorridos	26.237
Amortização de principal	(77.882)
Pagamento de juros	(26.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>154.159</u>
Novas captações	86.366
Juros incorridos	22.566
Amortização de principal	(125.080)
Pagamento de juros	(19.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>118.277</u>

O escalonamento da parcela do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2024	2023
2025	-	20.269
2026	27.409	2.824
2027	6.957	1.641
	<u>34.367</u>	<u>24.734</u>

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas financeiras e qualitativas com alguns de seus contratos de empréstimos e financiamentos sendo as principais conforme segue:

Divida	Meta	Indicador em 31/12/2024
Capital de Giro – R\$	Divida Liquida / Ebtida <= 3,5	3,56
Capital de Giro – R\$	Divida Liquida / Ebitda <= 4,5	4,88
Capital de Giro – R\$	Protestos acima de R\$ 50	N/A
Capital de Giro – R\$	Ebitda / Despesas Financeiras Liquidas >= 1,0	0,90

A dívida líquida consiste em empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários registrados nessa demonstração financeira. A dívida líquida é uma medida não-GAAP. Para os demais empréstimos, financiamentos da Companhia há cláusulas financeiras e “*cross-default*”. Em 31 de dezembro de 2024, os índices financeiros não foram atendidos.

A Companhia obteve subsequente a carta “*waiver*” junto ao Banco ABC no dia 27 de janeiro de 2025, conforme nota explicativa nº26.

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia obteve “*waiver*” do banco BBM com relação a exigência do vencimento antecipado.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisões de férias e encargos	2.650	2.808
Bônus a pagar	3.655	4.773
INSS a recolher	2.621	1.319
FGTS a recolher	-	91
IRRF a recolher	446	648
Outras obrigações	1	50
	<u>9.393</u>	<u>9.689</u>

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ICMS a recolher	633	1.152
ICMS - ST	331	438
Impostos retidos a recolher	151	111
Parcelamento – Fun-Rural/INSS (i)	8.066	1.121
Parcelamento – Federal	872	4.444
Parcelamento – Estadual (ii)	2.847	-
	<u>12.901</u>	<u>7.266</u>
Passivo circulante	5.015	2.848
Passivo não circulante	7.886	4.418

- (i) Do montante registrado nessa rubrica, R\$1.998 foram registrados no passivo circulante e R\$6.098 no passivo não circulante referente a verbas de INSS com vencimento em Fev/2030. O INSS é parcelado em 60 parcelas, com multa de 20% no total parcelado e correção mensal pela taxa Selic totalizando um valor de R\$ 1.016.
- (ii) Em 2024 a Companhia efetuou o parcelamento de impostos estaduais (ICMS). Do montante registrado nessa rubrica, R\$1.651 foram registrados no passivo circulante e R\$1.196 no passivo não circulante referente a parcelamento de ICMS MG com vencimento da última parcela em 10/2027 e ICMS ST SP com vencimento da última parcela em 12/2026. Os valores são corrigidos pela taxa Selic, totalizando um valor de R\$ 616 do total parcelado.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A movimentação da provisão para demandas judiciais é demonstrada abaixo:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	57	3.067	-	3.124
Pagamentos	-	(2.382)	-	(2.382)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	57	685	-	743
Complemento	-	668	-	668
Pagamentos	-	(30)	-	(30)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>57</u>	<u>1.324</u>	<u>-</u>	<u>1.381</u>

Os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas industriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

A Companhia possui ainda outras exposições passivas que, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, tem probabilidade perda possível. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2024 e está assim distribuída:

Natureza	2024	2023
Processos Cíveis	1.470	2.181
Processos Trabalhistas	2.229	1.857
Processos Tributários	14.562	195
Total Processos	18.261	4.233

Na esfera trabalhistas os principais processos são referentes a colaboradores de empresas terceirizadas. Já na esfera tributária o principal processo é uma discussão administrativa sobre a tributação de ICMS-ST no estado do Paraná.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 2024 foram realizados aumentos de capital social no montante total de R\$75.000. Os aportes foram integralizados em dinheiro, sendo R\$54.845 em Abril/24 e R\$20.155 em Junho de 2024. Em decorrência desse aumento, o capital social da Companhia passou de R\$215.379 em 31 de dezembro de 2023 para R\$290.379 em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem na composição de seu capital social, o total de 2.346.944 ações com valor nominal de R\$123,73 reais por ação.

Em 26 de outubro de 2023 foi registrado aumento de capital social no montante total de R\$61.660, sendo R\$26.660 pela capitalização do empréstimo devido pela controladora Brazil Berries Investimentos e Participações S.A. Em decorrência desses aumentos, o capital social da Companhia passou de R\$153.719 em 31 de dezembro de 2022 para R\$215.379 em 31 de dezembro de 2023

A Companhia é controlada pela holding Brazil Berries Investimentos e Participações S.A. que detém 93.7145% das ações.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes dos impostos	(24.233)	(38.221)
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	<u>8.239</u>	<u>12.995</u>
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:		
Despesas não dedutíveis	(1.273)	(192)
Subvenção para Invest. Estaduais	-	6.649
Credito Tributário não constituído	<u>(7.048)</u>	<u>(19.423)</u>
Total	<u>-</u>	<u>29</u>
Corrente	-	-
Diferido	-	29

A Companhia estima que os créditos fiscais provenientes de diferenças temporárias e base negativa sejam realizados conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029 em diante</u>
“Aging” de recuperabilidade do Imposto diferido ativo	5.220	11.840	11.190	7.070	29.640

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade possui R\$ 166.280 de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, sendo R\$54.659 em 31 de dezembro de 2023.

A Sociedade não registrou impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social devido à falta de histórico de lucros tributáveis.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receita Bruta de Vendas</u>		
Mercado interno	219.761	206.168
Mercado externo	91.677	55.486
	<u>311.438</u>	<u>261.654</u>
<u>Deduções de Vendas</u>		
Impostos sobre vendas	(24.914)	(23.208)
Descontos e outras deduções da receita (i)	(40.152)	(38.680)
	<u>(65.066)</u>	<u>(61.888)</u>
	<u>246.372</u>	<u>199.766</u>

- (i) Os montante referem-se a descontos, devoluções e vendas canceladas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Incentivos de vendas	9.742	11.944
Devolução de vendas	17.253	8.489
Descontos contratuais	4.900	9.231
Descontos incondicionais	8.256	9.026
	<u>40.152</u>	<u>38.680</u>

21. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, e apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Custos dos Produtos Vendidos</u>		
Matéria prima e materiais de uso e consumo (i)	(111.154)	(89.676)
Despesas com pessoal	(23.285)	(19.163)
Depreciação e amortização	(8.313)	(8.085)
Serviços de terceiros	(2.075)	(2.334)
Perdas de matéria prima em processo	(3.225)	(3.780)
Energia elétrica	(3.449)	(3.184)
Gastos com manutenção	(2.767)	(2.197)
Combustível	(909)	(744)
Demais despesas de produção	(2.020)	(2.028)
Frete de compra	(5.686)	(3.991)
Outras, líquidas	(664)	(1.880)
	<u>(163.547)</u>	<u>(137.062)</u>
<u>Despesas Comerciais</u>		
Frete sobre vendas	(18.804)	(13.071)
Despesas com pessoal	(11.850)	(12.478)
Comissões sobre vendas	(3.318)	(3.447)
Consultorias e honorários	(5.297)	(4.372)
Gastos com marketing	(1.288)	(1.792)
Ações Promocionais	(742)	-
Depreciação e amortização	(884)	(793)
Gastos com viagens	(1.136)	(1.043)
Outras líquidas	(1.562)	(2.260)
	<u>(44.881)</u>	<u>(39.256)</u>
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(13.560)	(12.937)
Depreciação e amortização	(4.386)	(3.824)
Consultorias	(5.470)	(3.989)
Viagens	(1.382)	(1.160)
Outras	(1.718)	(1.380)
	<u>(26.516)</u>	<u>(23.290)</u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Outras receitas</u>		
Resultado na baixa de imobilizado	-	60
Receita diferida	-	(5)
	<u>-</u>	<u>55</u>
<u>Outras despesas</u>		
Consultorias e honorários(ii)	(1.338)	(164)
Despesas com pessoal	(2.546)	(3.081)
Gastos com Viagens	(100)	(54)
Demais despesas	(535)	(2.315)
	<u>(4.518)</u>	<u>(5.614)</u>

- (i) Aumentos dos custos com materiais gerado pelo maior volume de vendas e aumento do preço do fruto de Açaí na safra 2024 principalmente pela seca ocorrida no estado do Amazonas.
- (ii) Consultoria para implementação de projeto de orçamento base zero e recrutamento e seleção de executivos.

22. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

<u>Receitas financeiras</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros ativos	278	488
Variação cambial ativa	928	369
Rendimento de aplicações financeiras	878	1.366
Descontos obtidos	35	24
Demais receitas financeiras	11	216
Total	<u>2.130</u>	<u>2.462</u>
<u>Despesas financeiras</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros passivos	(26.781)	(31.454)
Despesas bancárias	(2.902)	(990)
Variação cambial passiva	(2.016)	(726)
Demais despesas financeiras	(1.975)	(2.112)
Total	<u>(33.275)</u>	<u>(35.282)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito
- (ii) Risco de liquidez
- (iii) Risco de mercado
- (iv) Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia com clientes e saldos mantidos com instituições financeiras e partes relacionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	18.311	19.967
Contas a receber de clientes (ii)	6	31.802	40.067
Partes relacionadas (iii)	9	5.296	4.415
		<u>55.409</u>	<u>64.449</u>

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são mantidos exclusivamente com bancos e instituições financeiras de primeira linha que possuem elevados ratings de crédito.

(ii) Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados regularmente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Na nota explicativa nº6 a Companhia demonstra as informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) Empréstimos a receber com partes relacionadas

Considerando a características das transações e das contrapartes envolvidas, a Administração avalia como baixo o risco de não recebimento de empréstimos concedidos.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez.

A exposição do risco de liquidez na data da demonstração financeira foi:

Passivo	Nota	2024			
		Valor contábil	Até o 1º ano	Entre o 1º ano e o 2º ano	Acima de 2º ano
Empréstimos e financiamentos	14	118.277	91.987	44.927	-
Fornecedores	13	21.590	21.590	-	-
Passivo de arrendamento	12	6.550	2.785	4.591	-
Outras contas a pagar	-	1.125	974	151	-
		<u>147.542</u>	<u>109.120</u>	<u>38422</u>	<u>-</u>

Passivo	Nota	2023			
		Valor contábil	Até o 1º ano	Entre o 1º ano e o 2º ano	Acima de 2º ano
Empréstimos e financiamentos	14	154.159	129.425	20.269	4.465
Fornecedores	13	32.078	32.078	-	-
Partes relacionadas	9	2.438	-	2.438	-
Passivo de arrendamento	12	4.096	2.421	1.675	-
Outras contas a pagar	-	748	748	-	-
		<u>193.519</u>	<u>164.672</u>	<u>24.382</u>	<u>4.465</u>

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia cumpre com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas exportações em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional das entidades, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia tem montantes de contas a receber proveniente de operações de exportação de insumos em moeda estrangeira.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional, o real (R\$). As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: dólar (USD) e euro (EUR).

Exposição à moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	6.223	5.999
Empréstimos e Financiamentos	<u>(26.310)</u>	<u>(26.319)</u>
	<u>(20.087)</u>	<u>(20.320)</u>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa de câmbio utilizada (BCB – Banco Central do Brasil)

	<u>Atual</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Dólar	6,0190	5,9000	7,3750	8,8500	4,4250	2,9500

Análise de sensibilidade para risco cambial

Uma apreciação do real, como indicado abaixo, contra dólar (USD) em 31 de dezembro de 2024, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base de câmbio, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo:

Instrumentos financeiros	31/12/2024	Em USD	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	-25%	-50%
Contas a receber de clientes	6.223	1.034	6.100	7.625	9.149	(7.625)	(9.149)
Empréstimos e financiamentos	<u>(26.310)</u>	<u>(4.371)</u>	<u>(25.790)</u>	<u>(32.237)</u>	<u>(38.685)</u>	<u>32.237</u>	<u>38.685</u>
Efeito esperado no resultado	<u>(20.087)</u>	<u>(3.337)</u>	<u>(19.690)</u>	<u>(24.613)</u>	<u>(29.535)</u>	<u>24.613</u>	<u>29.535</u>

Instrumentos financeiros	31/12/2023	Em USD	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	-25%	-50%
Contas a receber de clientes	5.999	1.240	6.098	7.622	11.434	4.573	2.286
Efeito esperado no resultado	<u>5.999</u>	<u>1.240</u>	<u>6.098</u>	<u>1.523</u>	<u>5.335</u>	<u>(1.525)</u>	<u>(3.812)</u>

Uma desvalorização do real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, teriam o mesmo efeito, porém com efeito no resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos a receber e os passivos financeiros encontram-se indexados, consequentemente expostos às suas respectivas variações. A Companhia, apesar de monitorar os riscos, não adota qualquer instrumento financeiro derivativo para restringir tal flutuação.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

<u>Instrumentos com taxa variável</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Aplicações financeiras	15.122	12.196
Mutuo a receber - partes relacionadas	1.976	4.415
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	(118.277)	(154.159)

A Companhia tem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações trimestrais, extraídas no website do Banco Central do Brasil, utilizando para o a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I; para o cenário II, estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III, em 50%. Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2024:

Instrumentos com taxa variável

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Cenário 1</u>		<u>Cenário 2</u>		<u>Cenário 3</u>
		<u>Taxa A</u>	<u>Ganho/(Perda)</u>	<u>Taxa A + 25%</u>	<u>Ganho/(Perda)</u>	<u>Ganho/(Perda)</u>
Aplicações financeiras	15.122	12,15%	1.837	15,18%	2.297	2.756
Mutuo a receber	1.976	12,15%	240	15,18%	300	360
<u>Passivos financeiros</u>						
Empréstimos e financiamentos	(91.967)	12,15%	(11.174)	15,18%	(13.968)	(16.761)

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos e comerciais.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da auditoria interna terceirizada. Os resultados das análises periódicas realizadas pela área de auditoria interna corporativa são discutidos com a administração da Companhia, com resumos encaminhados ao Comitê de Auditoria do sócio controlador e à administração da Companhia.

b. Gestão de capital

A política da Administração é estabelecer uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final dos exercícios é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do passivo	171.217	216.982
Caixa e equivalente de caixa	<u>(18.311)</u>	<u>(19.967)</u>
Dívida líquida	<u>152.906</u>	<u>197.015</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>126.719</u></u>	<u><u>75.954</u></u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	1,2	2,6

c. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros - Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.311	18.311	19.967	19.967
Contas a receber de clientes (Nota 6)	31.802	31.802	40.067	40.067
Mutuo a receber – Partes relacionadas (Nota 9)	5.269	5.269	4.415	4.415
	<u>55.382</u>	<u>55.382</u>	<u>64.449</u>	<u>64.449</u>
<u>Passivos financeiros - Custo amortizado</u>				
Fornecedores (Nota 13)	21.590	21.590	32.078	32.078
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	118.277	118.277	154.159	154.159
Contas a pagar – partes relacionadas (Nota 9)	-	-	8.204	8.204
Arrendamento a pagar (Nota 12)	6.550	6.550	4.096	4.096
	<u>146.417</u>	<u>146.417</u>	<u>198.537</u>	<u>198.537</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem política de garantir a cobertura por meio de seguros para diversos riscos inerentes à operação, considerados suficientes para cobrir eventuais perdas dos seus ativos e/ou responsabilidades. Os imóveis de propriedade da companhia, suas controladas ou alugados por ela, há uma apólice de seguro patrimonial prevendo a cobertura contra incêndios, alagamentos, vendavais, raios, explosões, dentre outros riscos.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2024, são assim demonstradas:

Modalidade	Bens segurados	Vigência	Cobertura
Riscos operacionais + Lucros Cessantes	Fabricas e Imóveis	MG – Jul/25 PA – Nov/25 AM – Abr/25	111.700
Diretores e Administradores D&O	Garantia Jurídica para diretores	Jan/26	50.000
Responsabilidade Civil Geral	Danos a Terceiros	Jan/26	16.000
Seguro de responsabilidade Civil facultativa de veículos - RCFV	Veículos	Jan/26	200

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adições arrendamento mercantil – Nota explicativa nº12	4.300	3.155
Transação partes relacionadas (Brazil Berrys) – aumento de capital – Nota explicativa nº 18	-	26.660
Compensação de dividendos a pagar – Lagorce – Nota explicativa nº 9	2.438	-

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Obtenção de “Waiver” sobre cláusulas restritivas de financiamento bancário

Em 27 de Janeiro de 2025, o Banco ABC formalizou por meio de correspondência eletrônica o “waiver” relacionado ao não cumprimento de cláusulas restritivas do contrato de financiamento bancário no valor R\$18.532 em 31 de dezembro de 2024.

Obtenção de Empréstimo Internacional

Em 25 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou um contrato com a SOCIÉTÉ DE PROMOTION ET DE PARTICIPATION POUR LA COOPÉRATION ÉCONOMIQUE S.A. (“PROPARCO”), aprovado para a obtenção de uma linha de crédito de longo prazo no valor de R\$ 57.751.000 (US\$10.000.000). O contrato contém condições precedentes que devem ser atendidas pela Companhia para que os valores sejam liberados. A previsão é de que os valores sejam liberados ao longo do ano de 2025.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 28 de fevereiro de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram a emissão e autorizaram a divulgação das presentes demonstrações financeiras, as quais estão aprovadas para divulgação.